

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Província de Pará Class.: 35

Data: 28/09/81 Pg.: 08

Índios Tembê perderão área de 350 mil hectares

Pressionados por grupos econômicos poderosos, por fazendeiros influentes e por milhares de posseiros incentivados por políticos, os Índios Tembê assistem há dez anos à invasão de sua reserva, a ponto de estarem hoje praticamente confinados nos poucos metros que compõem a sua aldeia, cercados por roças dos invasores. A Funai propôs a titulação de lotes de 200 hectares para cada família Tembê, deixando o resto para os posseiros e grupos econômicos. Assim, de proprietários legais de mais de 350 mil hectares, por decreto estadual e pela própria Constituição, os Tembê se veriam reduzidos a pequenos proprietários rurais. O elo de ligação de um povo, a vida comunitária, ficaria destruído, e a posse da terra lhes tiraria o direito à tutela da Funai. Seria a extinção de um povo. (Pág. 8)



Esta estrada, fazendeiros escoam seu



Costo indígena Tembê

Problema aos Tembê fere a Constituição Federal

“As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a Lei Federal determinar, a eles cabendo a posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

1º — Ficam declaradas a nulidade e extinção os efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse e a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas. 2º — A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio”. (Artigo 108 da Constituição Federal de 24 de Janeiro de 1967).

A Constituição é clara: as terras onde vivem os índios pertencem ao índio. Ninguém tem o direito de invadir ou apropriar-se de terras em territórios habitados pelos índios, e qualquer documento dando este direito é nulo de qualquer valor. Olhando por este prisma, é difícil entender o que acontece de fato na terra dos índios Tembê — é área habitada por índios desde os tempos imemoriais, é reserva decretada pelo interventor Magalhães Barata em 1945, e no entanto está quase totalmente invadida por posseiros, é reclamada por grandes grupos econômicos, a partir de antigos documentos de sesmarias, e sobre os índios paira a ameaça real de emancipação, ou seja, a desintegração de um povo.



Para a Funai, os Tembê não são mais índios

O processo de apropriação das terras onde hoje habitam os índios Tembê é parte de um longo processo histórico de extermínio, iniciado nos primeiros tempos de colonização do País. Remanescentes dos povos Tupi-Guarani que ocupavam grande parte do território nacional, os Tembê são o testemunho do genocídio e da morte cultural dos povos indígenas brasileiros. Hoje estão reduzidos a pequenos grupos — estima-se que existam 320 pessoas na comunidade Tembê do Guamá, e outras tantas no Canindé, às margens do Gurupi.

Os Tembê hoje não falam mais a sua língua, a maioria é miscigenada com brasileiros, e seus traços culturais desapareceram, restando como elo de identidade o forte sentimento comunitário e a autoidentificação como povo. Mesmo os filhos de brasileiros com índios se sentem Tembê, mesmo os brasileiros assimilam a identificação Tembê. Mas da civilização Tupi-Guarani, nada ou quase nada restou.

A eliminação da cultura, apesar dos trezentos anos de contato com o branco, só veio a se verificar nas últimas décadas. Na década de quarenta, estudando a cultura Tenetehara, de qual os Tembê são um ramo, Eduardo Galvão e Charles Wagley afirmavam que se tratava de uma cultura em transição, mas ainda essencialmente aborígene. A língua Tupi-Guarani era falada por todos, mesmo pelos que falavam português, as festas culturais eram cultivadas, assim como os mitos, o artesanato, os hábitos. Galvão previa a assimilação dos Tenetehara pela sociedade envolvente em pouco tempo, e alertava para a desintegração, degradação, "em despovoamento, em desmoralização da sociedade indígena, que não resistindo ao traumatismo de uma situação avessa, se decompõem".

Até à década de quarenta, o grupo Tembê que atualmente habita no Posto do Guamá, vivia na outra margem do rio, esquerda, e a área era essencialmente habitada por indígenas, como os Urubu, Timbira e Guajá que perambulavam entre a região fronteira do Pará e Maranhão, atravessando o Rio Gurupi. A 21 de março de 1945, o então interventor no Pará, Magalhães Barata, criou a Reserva Indígena do Guamá, para a fixação dos índios da região, não só os Tembê, mas também os Urubu, Timbira e Guajá. O órgão tutelar dos índios, à época Serviço de Proteção ao Índio — SPI, tratou de remanejar o grupo Tembê para a margem direita do Guamá, dentro da reserva. Desta época resta o testemunho do velho Isídio, um dos poucos que sobreviveu: "Foi no tempo que o doutor Maia que tomava conta de nós, mudou a aldeia deste lado do rio. Eu era bem novinho. Era só nós que morava aí. Não tinha Kubê (branco). Agora é só três que sobrou daquele tempo. Nós não conhecíamos Kubê, e o índio não era doente. Quando a aldeia mudou, deu muita doença de gripe, sarampo, tosse de

guariba, o pajé não sabia curar e morreu muito índio. Tinha dia que morria dois, três, dois, três. Era muito índio naquele tempo: índio Tembê, índio Urubu, Timbira. Depois foram embora quando chegou a doença. Até os índios Tembê foram embora, aqui ficou pouco".

Primeiro foram as doenças, dificul-

tando a sobrevivência dos Tembê. Depois chegou a cultura, invadindo e destruindo a cultura Tenetehara (pois assim é que eles se chamavam. Os "civilizados" é que os distinguiam em Guajajara, no Maranhão, e Tembê, os que habitavam o Gurupi e o Guamá). Sempre os índios foram tratados como inferiores, sua cultura desprezada, seus hábitos desestimulados, apesar da enorme soma de conhecimento assimilada pelos brancos aos índios para sobreviver no meio ambiente. Completada a aculturação do povo, a sociedade envolvente, com a alegação de que "não se tratam mais de índios", e que, portanto, "não têm necessidade de tanta terra", começou a se apropriar do território indígena, sob a vista sempre complacente das autoridades, às vezes com a anuência e incentivo destas mesmas autoridades.

DESENVOLVIMENTO E APROPRIAÇÃO

A fase aguda do processo de extinção do povo Tembê tem seu início na década de setenta, com a abertura da Rodovia Belém-São Luís, com a política de Incentivos Fiscais e os Projetos de Desenvolvimento da região. Instalasse, a princípio fora dos limites da reserva e depois penetrando no território indígena, os grandes fazendeiros. Levas de imigrantes de outras regiões, notadamente do Nordeste, atraídos por promessas de políticos, invadem a área. Poderosos grupos econômicos, manipulando antigos documentos de sesmarias, sem nenhuma validade diante do artigo constitucional, reivindicam extensas áreas que incluem grande trecho da reserva.

Até à década de setenta, o contato entre os Tembê do Guamá e do Canindé, na margem do Gurupi, era freqüente. As invasões e as ameaças contra os índios interromperam este contato. O território reservado por Magalhães Barata para os índios, com mais de 350 mil hectares, vai sendo reduzido, sem a intervenção dos órgãos responsáveis. A colonização começou de maneira discreta, os lavradores formavam vilas nos limites da reserva, preparando seus roçados dentro da área.

Em 1974, o fazendeiro Mejer Kabaczniak, cuja fazenda "Irmãos Coragem" está situada nos limites leste da reserva, e que é acusado de desmatar e semear pasto em cerca de 1.500 hectares de terras indígenas, corta a reserva com uma estrada, com a autorização da presidência da Funai, para o escoamento dos produtos de sua propriedade. A estrada serve de portão de ingresso para os posseiros, que apontam para a impunidade do fazendeiro, justificando assim a invasão. "Se o fazendeiro sair, nós saímos", afirmam os posseiros.

O fazendeiro não sai, muitas vezes a Funai tenta interditar a estrada e desalojar os posseiros, mas as medidas nunca surtem efeito. O ocupação do território por posseiros é incentivada por políticos locais, com interesse em votos e mesmo em terras dentro da reserva. A situação chega a um ponto, que a comunidade Tembé se vê cercada por roças de brancos. A derrubada da mata para a implantação de lavouras chega até às proximidades da aldeia.

Os índios esboçam reações, queimando roçados, casas, e tentando destruir a ponte que dá acesso à estrada. Todas as vezes a Funai intervém, convencendo os índios a confiarem numa ação do órgão que desaloje os posseiros, restitua a área ocupada pelos fazendeiros, e demarque definitivamente a área. A demarcação teve início em 1973, e até agora não foi concluída.

Estima-se atualmente que existem cerca de seis mil posseiros vivendo dentro da reserva Tembé. No ano passado,

os índios tentaram destruir a ponte, e o trabalho foi completado pelo próprio delegado regional da Funai, que via no ato a única maneira de evitar conflitos de proporções mais graves, como o massacre da Fazenda Espadilha, pouco tempo antes. A ponte no entanto foi refeita, por ordem da presidência da Funai.

Os Tembé reagem, protestam, exigem seus direitos. A Funai propõe novos acordos, que resguarde um mínimo de terreno para os índios, e ainda satisfaça os posseiros, os fazendeiros e os grandes grupos econômicos - estes representados pelo Banco Denasa de Desenvolvimento, que comprou a extinta Cida por títulos de terras que cortam grande faixa da reserva. Pelo acordo proposto aos índios pela Funai, a reserva seria reduzida drasticamente, ficando o resto do território para o Incra, que providenciaria a titulação dos posseiros, e para o Itarpa, que, conforme protocolo de intenção firmado com os grupos econômicos, compromete-se a reconhecer o direito das empresas sobre o terreno, desde que resolvida a questão de posseiros situados nesta área.

A situação é melhor explicada pelo líder Tembé João Soares, em depoimento prestado em junho de 1981: "Em 15 de junho de 1981, nós estivemos com o doutor Paulo e doutor Nonato (delegado e advogado da Funai)... Ele falou que a terra ia ser loteada e titulada pelo Incra, dando para cada família 200 hectares. Nós somos 80 famílias, iam dar 16 mil hectares. Então achamos que era pouca. Nossa terra é grande e a Funai dá nossa terra para o branco e nós ficava só com um pouquinho de terra".

"E também ele falou que a partir daquele dia em que nós concordasse em receber 200 hectares, limpava a terra, tirava fazendeiro, posseiro que estivesse lá, ele deixava a área limpa e demarcada e titularia. Agora, se nós não aceitasse, ele ia deixar como estava, os posseiros invadindo, até que chegava o momento em que os posseiros expulsava até o chefe do posto e nós ficava sem terra... Outra coisa que ele falou foi que a terra ia ser entregue para nossas mãos a partir do dia que ele resolvesse este problema, de distribuir para cada família 200 hectares. A partir daquele dia, a Funai não tinha nada com a terra. Se nós deixasse invadir, o problema era nosso. Se nós deixasse o fazendeiro entrar, o problema era dos índios".

João Soares toca no cerne do problema: "Eles dizem: nós vamos dar este pedaço de terra para vocês, mas limpa. Mas nós se lembra que a terra era nossa. Não estamos esperando que ele dê a terra para nós. A terra é nossa. Então, não está dando para o índio, está tirando do índio, e dando para os posseiros. A terra é do índio, o posseiro entra e se apodera de um pedaço, entra outro dia e daí fica se apoderando da metade da reserva. Dai a Funai toma conta e entrega na mão dos posseiros".

Mas, mesmo com a pressão da sociedade contra a sobrevivência dos povos indígenas, com a aquiescência dos órgãos de governo, os índios do Brasil não se entregam tão submissos à extinção programada, e João Soares, o Joca, faz um apelo: "Então para isso pedimos apoio para os nossos irmãos índios, que deem uma força nesta nossa luta, que de dia em dia os Tembé estão aumentando e a terra fica pouca, e os Tembé vão ser peão de fazendeiro. Mas eu acredito que, com a força dos irmãos que também vivem batalhando, lutando pelo seu direito, eu acredito que nós vamos vencer".